

Sumário

Introdução	1
1 Judicialização da Saúde e Seus Fatores “Multifacetados”.....	7
1.1 A crença da sociedade no judiciário e a formação do fenômeno da judicialização da saúde.....	7
1.2 Fatores institucionais, sociopolíticos e jurídico-culturais da judicialização da saúde	14
1.3 Insegurança e indefinições do Judiciário e a necessidade de uma padronização	30
2 Formação dos Precedentes no Âmbito da Saúde.....	41
2.1 Conceitos e contexto histórico dos precedentes.....	42
2.2 A Formação dos precedentes judiciais nos tribunais superiores brasileiros referentes ao direito à saúde.....	55
2.2.1 Avanço da jurisprudência no Supremo Tribunal Federal	55
2.2.2 Tema repetitivo nº 106 do Superior Tribunal de Justiça e seu caráter íntegro	64
2.2.3 Decisão do STF no Recurso Extraordinário 657.718 que cria requisitos para o fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA	70
2.3 O Respeito aos precedentes de tribunais superiores e avanços jurídicos.....	73

3 A Internalização dos Precedentes Judiciais e sua Vinculação na Organização da Administração Pública	87
3.1 Organização das competências dos entes federativos no fornecimento de medicamentos e tratamentos na saúde	88
3.1.1 A Distribuição de competências para o fornecimento de tratamento de saúde e as capacidades institucionais do magistrado	88
3.1.2 Atuação do judiciário em demandas de medicamentos e tratamentos de competência distinta do ente federado requerido	100
3.2 Vinculação da Administração Pública estadual aos precedentes judiciais da saúde	108
3.2.1 Precedentes vinculantes	108
3.2.2 Estratégias utilizadas pelo Estado para o célere atendimento às demandas judiciais	117
4 A Mudança de Comportamento dos Poderes para a Desjudicialização da Saúde	121
4.1 A relação entre os Precedentes Judiciais e a menor litigância	122
4.2 Necessidade de organização interna e externa do Poder Executivo do Ceará.....	129
4.3 Necessidade de saneamento das demandas de saúde no Poder Judiciário	137
4.4 Avanços e obstáculos na internalização dos Precedentes Judiciais na saúde do Estado do Ceará, a partir dos diálogos institucionais	145
Conclusão	153
Referências.....	157